
**A IMPRENSA COMO FONTE:
APONTAMENTOS TEÓRICO-
METODOLÓGICOS INICIAIS ACERCA DA
UTILIZAÇÃO DO PERIÓDICO IMPRESSO NA
PESQUISA HISTÓRICA**

Rafael Saraiva Lapuente

Graduado em História. Mestrando em História (PUCRS). Bolsista CAPES. E-mail:
proflapuente@gmail.com

A IMPRENSA COMO FONTE: APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS INICIAIS ACERCA DA UTILIZAÇÃO DO PERIÓDICO IMPRESSO NA PESQUISA HISTÓRICA**PRESS AS SOURCE: INITIAL THEORETICAL AND METHODOLOGICAL NOTES ON THE USE OF THE PRINTED JOURNAL IN HISTORICAL RESEARCH**

Rafael Saraiva Lapuente

RESUMO

Nosso objetivo, neste artigo, é procurar problematizar o uso do periódico impresso como fonte de pesquisa. Se, até 1970, a utilização de periódicos impressos por parte da historiografia brasileira era vista com desconfiança, hoje a realidade é bastante distinta, sendo o jornal uma fonte vastamente utilizada nos últimos anos. Para isso, dialogamos com trabalhos que problematizam as implicações do uso dos jornais impressos em pesquisas históricas, demonstrando que seu uso, ao mesmo tempo em que trouxe contribuições para as novas pesquisas, pode trazer problemas para o historiador menos atento. Procuramos a guisa de conclusão explicar que os desafios do periódico na pesquisa histórica possuem outros percalços, como a precariedade e má conservação dos acervos de imprensa, que trazem maiores dificuldades para o seu uso em objetos de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE:

Imprensa; Fonte histórica; Público e opinião pública.

ABSTRACT

Our goal in this article is to problematize the use of the printed newspapers as a source of research. If by 1970 their use was distrusted by the Brazilian historiography, today the reality is quite different, with the newspapers being widely used in recent years. We discuss works that approach the problematizations and implications of the use of printed newspapers in historical research, demonstrating that its use, at the same time that brought contributions to new researches, can also cause problems for some historians. We seek, in order to conclude this article, to explain that the use of newspapers in historical research has its drawbacks, such as the poor maintenance of the press collections, which bring greater difficulties to their use in researches.

KEYWORDS:

Press; Historical sources; Public and public opinion.

INTRODUÇÃO¹

Jacques Le Goff (2003) menciona que nenhum documento é inocente, e todos devem ser analisados criticamente, lidos desestruturando e desmontando para não se deixar levar pelo chamado “discurso da fonte”, sendo importante adotar determinadas cautelas para evitar que isso ocorra. Tendo essa questão como norteadora, procurarei, sinteticamente, levantar algumas questões concernentes ao uso da imprensa escrita² como fonte de pesquisa para o historiador. A importância dessa discussão se dá, sobretudo, devido ao uso crescente dos periódicos nas pesquisas acadêmicas de História, nos últimos anos, sem estar, muitas vezes, acompanhado de uma maior problematização sobre essa fonte de pesquisa, esquivando-se de entender a influência que o jornal exerce em seu contexto, seus interesses e a atuação junto ao seu público leitor, para o qual o periódico se direciona, evitando que ocorra uma análise precipitada, acríica e superficial.

Todavia, é importante destacarmos desde o início, para evitar interpretações equivocadas acerca deste artigo, que nosso objetivo não é criar um manual de trabalho com a imprensa para historiadores. Com uma pretensão muito menor, visamos apenas a colocar em pauta algumas considerações sobre seu uso que julgamos relevantes para quem trabalha com jornais em suas pesquisas. Damos destaque a isso, pois acreditamos que o uso da imprensa varia em sua metodologia de pesquisa, dependendo do recorte do historiador, do seu objeto de pesquisa e de sua abordagem, se tornando impossível enquadrar o uso dos periódicos em uma sistemática uníssona. Isto é, partimos da premissa de que é *impossível* elaborar um “manual” para o uso da imprensa como fonte para o historiador.

Nesse sentido, buscaremos, em um primeiro momento, levantar alguns tópicos a respeito dos debates metodológicos nas últimas décadas sobre o uso do jornal impresso pela

¹ Uma versão preliminar deste texto foi publicada por mim no 10º Encontro Nacional de História da Mídia, intitulado *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*. (Disponível em: https://www.academia.edu/17677584/O_jornal_impresso_como_fonte_de_pesquisa_delineamentos_metodologicos). Há algumas partes semelhantes e até idênticas entre ambos os artigos. No entanto, o texto publicado na Revista Bilros é a versão definitiva sobre nossas reflexões acerca do uso da imprensa como fonte de pesquisa. Este texto, originalmente, foi produzido para um seminário do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, intitulado “Cidades refletidas: urbanização, industrialização e imprensa no Brasil”, coordenado pelo Prof. Dr. Luís Carlos dos Passos Martins, ao qual agradeço pelas sugestões e correções no texto, além da indicação das leituras que originaram o debate que está presente aqui. Também devo agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. René Ernaini Gertz, pela revisão dos originais antes da publicação na revista.

² Quando me referir à imprensa, estarei me referindo especificamente aos jornais impressos. Outros meios, como rádio, televisão e revistas mereceriam um estudo à parte, embora muitas questões aqui referidas não sejam inválidas para seu estudo também.

historiografia. Posteriormente, trataremos de alguns conceitos importantes para se conhecer a imprensa, como *público*, *opinião pública* e a penetração da influência política e econômica por meio de anúncios e vendas nos periódicos de pesquisa. Com esses dois eixos, abordaremos nossa problemática com a imprensa escrita.

A IMPRENSA ESCRITA COMO FONTE PARA A HISTORIOGRAFIA

A historiografia alternou sua visão sobre o uso da imprensa como fonte de pesquisa. Segundo Tânia Regina de Luca (2008), ainda na década de 1970 eram poucos os trabalhos que utilizavam jornais e revistas como fontes de pesquisa. A autora destaca que já havia uma preocupação em escrever a história *da* imprensa, mas relutava-se em escrever uma história *por meio da* imprensa.³ A afirmação de Tânia Regina de Luca evidencia o receio presente entre os historiadores que, até pouco tempo, não confiavam nos meios jornalísticos como documento para suas pesquisas, embora também já houvesse trabalhos consagrados que utilizavam os periódicos como fonte.

O temor por sua utilização ocorre, de acordo com Maria Helena Rolim Capelato (1988, p. 21), na obsessão dos historiadores em busca da verdade. Para a autora, “até a primeira metade deste século [XX], os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas em relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade”. Para Maria Capelato, “neste último caso, a notícia era concebida como relato fidedigno da verdade”.

Ou seja, podemos constatar que as duas abordagens sobre seu uso como fonte negavam a pluralidade e diversidade dos jornais, criando modelos antagônicos sobre seu uso, dando origem a duas generalizações estagnadas e desprovidas de análise crítica do documento. Contudo, essa concepção do uso do jornal como fonte, aos poucos, foi sendo superado, produto de um empenho para se repensar a História, suas dificuldades, enfoques e objetos.

³ Tanto Tânia Regina de Luca quanto Maria Helena Rolim Capelato buscam como exemplo o livro de José Honório Rodrigues intitulado *Teoria da História do Brasil*, de 1968, como modelo do olhar desconfiado ainda presente na escrita da História com os tabloides escritos como fonte de consulta. Passagem interessante a esse respeito é referida por Capelato (1988, p. 20) da obra de Rodrigues: “O editorial é a parte menos digna de fé, a notícia e o anúncio devem ser usados com cautela pois contêm erros”. Um trabalho clássico que é exemplar sobre a escrita da história da imprensa é o de Nelson Werneck Sodré (2011), originalmente publicada em 1966.

É válido ressaltar que esse olhar “desconfiado” ao jornal pela historiografia brasileira até 1970 contrasta com a produção francesa, por exemplo. Sem intenção de fazer uma análise exaustiva sobre os movimentos historiográficos, cabe destacar que desde o advento dos *Annales* vão ocorrer mudanças na concepção daquilo que é fonte documental, com uma ampliação significativa da fonte de pesquisa histórica. Nesse alargamento, eram aceitos desde objetos de cultura material a obras literárias, séries de dados estatísticos, até imagens iconográficas, de canções aos testamentos, de diários particulares anônimos aos jornais que poderiam ser, agora, usados pelo historiador, sendo essa “revolução documental” e a nova definição daquilo que é fonte histórica uma das grandes novidades trazidas pelas primeiras gerações dos *Annales*. Essa abertura, simultaneamente, acompanhava a concepção de uma história-problema, embasada a problemáticas e hipóteses no início da pesquisa, a um apelo à interdisciplinaridade e a inovadora proposta de *história total* por parte dos *Annales* (REIS, 2000; BARROS, 2012). Apenas na terceira geração dos *Annales*, com o fortalecimento da História Cultural pós-movimentos de maio de 1968, que o quadro da historiografia brasileira passa por alterações em sua relação com o jornal como documento-fonte.

Além disso, deve-se destacar que uso da imprensa escrita encontra grande apelo na renovação que o campo da história política vem tendo nas últimas décadas, sacramentado pelo trabalho *Pour une histoire politique*, do francês René Remond (2003). Francisco das Neves Alves (2002), por exemplo, destaca que os periódicos são uma fonte importante para a análise das lutas políticas, pois, além de retrata-las, o jornal acaba sendo como um elo ou agente de combate entre as distintas correntes. Sua assertiva, em parte, corrobora aquilo que Maria Helena Capelato (1988) menciona: os periódicos, para ela, sempre atuaram como uma força política, por isso governos e elites a adulam, vigiam, controlam e a punem. O fato dos jornais serem uma importante ferramenta para a história política é endossado por Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014). Em sua pesquisa sobre o golpe militar de 1964, eles ressaltaram que a utilização de periódicos com distintas posições políticas possibilitou perceber as diferenças nas coberturas realizadas pelos jornais.

Claro que, além disso, parece evidente que a análise em cima de um jornal por meio da história política deve estar atenta às questões externas, como sua relação com o governo e a instauração de medidas coercitivas a livre manifestação. Até porque, se por um lado o jornal pode estar sendo impedido de circular e publicar livremente, sobretudo em

regimes autoritários, isso não pode esconder o fato de que ele segue atuando politicamente, seja endossando o discurso oficial ou o contestando (LUCA, 2005), mesmo que de forma indireta. Até porque, vale ressaltar que a limitação legal à divulgação de informações é, antes de tudo, um recurso de poder que faz parte do aparelho político-repressivo dos regimes de exceção. Por isso, para Ângela de Castro Gomes (1981, p. 280), a proibição de veiculações “deve ser pensada sempre como uma questão política central, tanto para os que desejam o continuísmo da situação de exceção, quanto para aqueles que o combatem, sejam quais forem os seus pontos de vista”.

Segundo Vavy Pacheco Borges (citado por LUCA, 2008, p. 130), o pequeno uso da imprensa como fonte se reverteu. Um número crescente de teses e dissertações vem utilizando a imprensa como meio fundamental ou complementar para seus objetos de pesquisa. Todavia, seu *uso e abuso*, feito de maneira indiscriminada, sem metodologia nem aprofundamento teórico, podem trazer sérios problemas para a pesquisa histórica, pois, apesar de cada vez mais historiadores usarem a imprensa como fonte, nem sempre sua consulta vem acompanhada de fundamento teórico e metodológico. Apesar de parecer óbvio, é importante destacar a assertiva de Cláudio Pereira Elmir (1995). Segundo este autor, a consulta a um periódico não pode ser feita sem uma criteriosa análise, exigindo uma leitura diferente daquela que é feita a um jornal do dia a dia, por exemplo. Assim, é fundamental que não se estude o jornal de maneira isolada.

O contraponto com outras fontes é fundamental, até porque o jornal, para Derocina Campos Sosa (2007, p. 11-12), se encontra “em dois tempos: um objetivo que interpreta o texto escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender aquilo que não aparece escrito, mas é possível identificar à luz do contexto histórico”. Por isso, Derocina Campos ressalta que “o estudo da imprensa necessita do reconhecimento do que está em torno dela, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico”.

A compreensão dessa diferença dá uma boa fundamentação ao pesquisador que pretende usar a imprensa escrita como fonte de pesquisa. Dá maior complexidade ao analisar a fonte, e vacina o historiador contra o equívoco simplista de achar que, na pesquisa em jornal, terá uma noção global do contexto em que pesquisa.

Não obstante, Elmir (1995) pondera para outro erro comum na pesquisa em periódicos que, em uma visão particular, pode ser válida para análise de qualquer fonte: a ideia de realizar uma pesquisa com resultados pré-concebidos, que invariavelmente tendem a

levar o estudo a uma vulgarização. Pensamos que, dessa maneira, o historiador procura não uma investigação, mas apenas corroborar e confirmar aquilo que ele mesmo já elencou como “verdade”. Ou seja, como “conclusão” e “resultado” da própria pesquisa, que já foram definidos preliminarmente antes de um maior aprofundamento.

Entretanto, o uso metodológico “estanque” pode deixar o pesquisador despercebido de que, mesmo com um perfil traçado, o jornal possui sua própria pluralidade de pessoas, de pensamentos e de posicionamentos nem sempre convergentes e de fácil percepção no seu interior. Robert Darnton (2005) nos dá uma luz a esse respeito. No capítulo “*Jornalismo: Toda a notícia que couber, a gente publica*”, o autor traz um texto que mistura um estudo crítico da composição de um periódico atrelado a sua experiência trabalhando no *The Times*. A partir desse texto, é possível ter uma boa noção da estrutura jornalística, da relação entre redatores, editores e repórteres, a hierarquização de poder por editoriais, a questão da manipulação das reportagens, a relação entre o repórter e suas fontes, assim como as divergências presentes em uma sala de redação, que deixam bastante clara essa questão. Em síntese, dá uma noção breve de como funciona e opera a produção jornalística em um dos maiores tabloides do mundo.

É claro, porém, que seu relato não deve ser tomado de forma padronizada, afinal o funcionamento de um jornal da grandeza do *The Times*, o tempo-histórico bastante específico que é abordado por Darnton e o contexto político e social que está inserido são bastante diferentes de um jornal anarquista, alternativo, político-partidário e/ou contestatório, por exemplo, e essa diferenciação deve ser levada em conta por historiadores que se propõem a analisar esse tipo de produção. De todo modo, também é passível de destaque que questões externas ao jornal, como a censura política ou de guerra, crise econômica (de um estado ou, até mesmo, de um periódico) e outros fatores podem pesar na escrita de um periódico, tanto para omissão de informações quanto por tentativas de burlar ou denunciar algum tipo de controle externo.

Até mesmo se comparado com o funcionamento dos jornais da grande imprensa de outros países do mesmo tempo-histórico que o abarcado por Darnton, a probabilidade de encontrarmos diferenças relevantes não é pequena, mas isso não denota que, ao pautar esses diferentes jornais, o pesquisador não deva procurar conhecer sua dinâmica interna. A ciência do mecanismo interno da transmissão da notícia ainda é bastante elementar entre grande parte dos historiadores que usam a imprensa como meio de pesquisa, tão fundamental como ter uma

noção da produção de qualquer outro tipo de testemunho histórico. Conhecer esse processo interno, desde o funcionamento até a produção do jornal, sua organização editorial, as tecnologias usadas pelos periódicos, passando até mesmo por sua concorrência historicizam a fonte pesquisada. Até porque, isso não é um processo padrão. Ele varia conforme o tempo histórico e a localidade da produção, questões estas que modificam o contexto em que o jornal foi produzido, escrito e lido.

O pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes, buscando evidenciar – e cativar – o seu público-leitor. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, pois há, nos bastidores de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado (por isso também o cuidado com análises que focam exclusivamente nos editoriais para conhecer o posicionamento do periódico).

O próprio jornalismo⁴ é uma prática social, que está vinculado diretamente ao modo de vida de apenas algumas classes, como nos alerta Francisco Rüdiger (1993), o que já mostra sua relação de poder. Nesse ponto, para Capelato (1988), o historiador deve estar atento que, na construção do fato jornalístico, não apenas os elementos objetivos e subjetivos de quem produz estão presentes, mas, também, os interesses do próprio jornal, além do que a produção jornalística mantém suas particularidades. Nesse sentido, é significativa a afirmação de Jean Pierre Rioux (1999), ao diferenciar a produção historiográfica da jornalística.

[O historiador] escolhe o momento, torna objetivo seu propósito, pretende dar sentido, enquanto que o jornalista é o homem apressado que relata fatos juntados, que acredita entregar a vida em estado bruto, mas que a simplifica e desfigura imediatizando-a em jato contínuo, que recolhe material de qualquer jeito e inventa fontes sem poder trata-las.

⁴ Para evitar confusões acerca dos termos, faremos aqui uma diferenciação entre aquilo que entendemos por jornalismo e imprensa: Entendemos “a imprensa como referente às empresas jornalísticas e os produtos jornais e o jornalismo denotando campo de saberes e fazeres e seus profissionais”. Um debate mais detalhado sobre a diferença entre *imprensa* e *jornalismo* pode ser encontrado em CORAIOLA, Diego Maganhoto. *Jornalismo e Imprensa: Contribuições analíticas ao processo de institucionalização*. *Intercom* – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: [https://www.academia.edu/2323407/Jornalismo e Imprensa Contribuicoes Analiticas ao Processo de Institucionalizacao](https://www.academia.edu/2323407/Jornalismo_e_Imprensa_Contribuicoes_Analiticas_ao_Processo_de_Institucionalizacao). Acesso em 18 out 2014.

Por isso, é importante ressaltar que cabem ao historiador “os questionamentos às fontes para extrair um significado, retirando de sua linguagem os elementos capazes de representarem determinado momento histórico” (SOSA, 2007, p. 16; 19). Ao pesquisador, não apenas os elementos do momento histórico são importantes, mas buscar captar também quais são os subsídios de interesse do próprio jornal. Fazer uma análise de seu discurso é imprescindível, pois o jornalismo, ao selecionar e transmitir a notícia procede a uma manipulação do conhecimento apreendido pelo público leitor.

PÚBLICO, OPINIÃO PÚBLICA E A RELAÇÃO COM O SEGMENTO EMPRESARIAL

Todo o periódico está diretamente vinculado a dois conceitos importantes na construção jornalística: o público e a opinião pública. Por isso, acreditamos ser fundamental aprofundar um debate teórico sobre a relação destes dois conceitos com os periódicos, afinal, independente de sua origem, o jornal tende a ter um público e a fomentar uma opinião, em um complexo jogo que visa a conquistar um público cada vez maior, aumentando sua influência, penetração e poder⁵ dentro da sociedade em que ele atua e dos grupos que visa a atingir. Não existe, portanto, jornal sem público e sem influência na opinião deste público. Assim sendo, ressaltamos que não debateremos “público” e “opinião pública” *strictu sensu*, nem abordaremos uma “história da opinião pública”. Isso mereceria um estudo à parte.

Outro ponto que gostaríamos de acentuar é que, apesar de citarmos nesse texto “opinião pública” no singular, destacamos que esse termo pode trazer alguma confusão: utilizaremos assim pela fácil identificação que o termo possui, mas sabemos que a opinião pública revela uma diversidade de opiniões particulares. Como afirma Jean Jacques Becker (2003) no livro *Por uma história política*, “é irreal considerar que tenham existido situações em que havia apenas uma única tendência [de opinião pública]”.⁶

⁵ Poder aqui é entendido como “um fenômeno social no qual uma vontade, individual ou coletiva, se manifesta com capacidade de estabelecer uma relação da qual resulta a produção de efeitos desejados, que de outra maneira não ocorreriam espontaneamente”. MOREIRA *apud* SILVEIRA, Flávio Henrique Rodrigues da. *Um estudo do poder na sociedade da informação*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a08v29n3>>. Acesso em 23.11.2014.

⁶ Sobre a formação da opinião pública e seu estudo pela historiografia, indicamos a leitura deste artigo de BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

De acordo com Zemon Davis (citado por CRUZ, 2013), existe um caminho significativo a percorrer desde a alfabetização até a familiarização da leitura e a conquista de públicos cotidianos. Se articulando de forma mais próxima ao dia a dia da população e registrando seus hábitos de expressão na mudança de sua linguagem, a imprensa cumpre papel fundamental para esse processo de familiarização com a leitura, e, a partir deste hábito, constrói aquilo que pode ser chamado de formação de um público. Ou seja, a expansão dos periódicos está associada, simultaneamente, ao crescimento da cultura letrada.

Um dos primeiros teóricos sobre a noção de *público* foi Gabriel Tarde (2005). Este autor francês procurou diferenciar conceitualmente a ideia de *público* e de *multidão*, classificando o primeiro conceito como uma dispersão de pessoas fisicamente afastadas e cuja união é totalmente mental. Ao procurar identificar o surgimento do público, Tarde desenvolveu a ideia de que ele surgiu apenas no século XVI, com a invenção da imprensa, onde foi possível conduzir pensamentos à distância, e a leitura passou a ser, gradualmente, simultânea e habitual com a tradução da Bíblia. Em um segundo momento, uma grande inflexão ocorreu no século XVIII, quando passou a existir um número grande de homens dedicados às mesmas leituras, em número suficiente para não poderem se conhecer pessoalmente.

Gabriel Tarde vai identificar na Revolução Francesa o surgimento daquilo que chama de “verdadeiro advento do jornalismo e, por conseguinte, do público, de que ela foi a febre de crescimento”, mesmo sendo este majoritariamente parisiense. No século XIX, com os meios de locomoção aprimorados e de transmissão simultânea do pensamento a uma extensão indefinida, formada pelo tripé *tipografia-estrada-de-ferro-telégrafo*, ocorreu uma curvatura ainda maior.⁷

Alertamos o leitor de que a concepção de Gabriel Tarde se constrói no contexto francês, com alto grau de desenvolvimento tecnológico e com um índice de alfabetização elevado para o contexto histórico em questão. Portanto, em uma conjuntura bastante favorável para o surgimento de uma massificação dos hábitos de leitura e escrita nessa sociedade, já podendo falar-se, na França no século XIX, em termos como *imprensa, público, propaganda* para uma massa considerável. Não obstante, o fato de o autor estar escrevendo em 1901

⁷ Optamos, em função até mesmo dos limites deste trabalho, em não aprofundar a noção de multidão, focando mais especificamente na ideia de público – questão de maior valia para a análise da imprensa como fonte histórica – e de como o autor aborda sua formação no seio da sociedade francesa.

demonstra que a obra fora escrita no meio de toda uma efervescência tecnológica que influenciaram a proliferação e alcance de jornais, o que não impede o autor de realizar uma análise bastante perspicaz do fenômeno que está presenciando.

Vai ser a partir da formação da opinião que será construído o público. Para Gabriel Tarde (2005, p. 59), “a opinião está para o público, nos tempos modernos, assim como a alma está para o corpo, e o estudo de um nos conduz naturalmente ao outro”. Em sua visão, o surgimento da imprensa substituiu os agrupamentos mais antigos, surgindo então o público – ou os públicos? –, mais extenso e massivo, fazendo substituir as divisões marcadas e persistentes entre as diferentes variedades da associação humana, com suas divergências.

A partir dessa assertiva, imaginamos ter um *fio-condutor* para traçar o perfil do periódico que está sendo pesquisado, visando a conhecer o jornal analisado e a quem ele se destina, como atua, de que forma busca conquistar e fidelizar seu público leitor, e saber como ele age em disputa com os demais periódicos. Afinal, seu crescimento impacta em um alcance maior, e, por conseguinte, acarreta no crescimento de seu valor de mercado em anúncios e reclames, que são maneiras importantes para a arrecadação de recursos para o segmento, que poderíamos definir como *empresarial-informativo*. Conhecer o alcance do periódico pesquisado é uma tarefa muito complexa, mas fundamental para ter noção do tamanho do público que ele alcança.

O que dificulta este intento é que nem sempre o periódico fornece informações sobre suas publicações, como tiragens, assinaturas distribuídas, venda avulsa, fato que dificulta conhecer mais detalhes de seu funcionamento interno – dificuldade encontrada, por exemplo, na minha pesquisa de mestrado, direcionada a política rio-grandense nos anos 1930, em que nenhum dos quatro jornais analisados⁸ traz maiores informações sobre as questões enumeradas acima. Ainda assim, deve ser levado em conta que nem sempre as informações são confiáveis, afinal o interesse em atingir um *status* para atrair anunciantes é uma tática praticada por muitos jornais, não sendo raros os números fornecidos pelos mesmos serem inverídicos, o que dificulta ainda mais conhecer seu alcance. Muitas vezes, essas informações podem ser encontradas em outras fontes, como arquivos particulares de membros dos jornais ou, quando é possível, por meio da História Oral. O arquivo privado⁹, por seu perfil “íntimo”,

⁸ Os jornais que consulto na minha dissertação de mestrado são: Diário de Notícias, O Estado do Rio Grande, Correio do Povo e A Federação, todos do Rio Grande do Sul.

⁹ Os arquivos privados são bastante distintos dos periódicos na pesquisa histórica, o que mereceria um estudo a parte. Indicamos, aqui, alguns artigos que abordam o uso dos arquivos privados na pesquisa histórica. Cf.

muitas vezes revela aquilo que é ocultado do público - como, por exemplo, a dinâmica interna de uma empresa jornalística.

A importância de conhecer essa abrangência se dá, sobretudo, por buscar conhecer o impacto do jornal na formação da *opinião pública*. Segundo Patrick Champagnet, apenas na segunda metade do século XIX se pode afirmar que, com a formação de partidos políticos e associações, ocorre uma modificação da noção de opinião pública, com a difusão de passeatas e manifestações de massa atreladas ao surgimento de uma imprensa nacional e popular na França, quando a multidão deixou de ser sinônimo de irracionalidade para as elites políticas. Fazendo destaque para a obra sociológica de Gabriel Tarde, concorda com ele, ao afirmar que, antes do desenvolvimento de uma imprensa nacional, existiam opiniões locais, dispersas, chegando vagamente notícias de outras localidades de forma espalhada e distorcida, que, com a imprensa nacionalizada, é extinto, criando assim uma rede com os temas de conversação.

Para Champagne, (1996, p. 71),

por profissão, os jornalistas tornar-se-ão influentes ‘líderes de opinião’: exprimem sua opinião que pensam ser também a opinião de seus leitores e essa opinião pré ajustada ao público, lida pelos leitores e, por consequência, um importante componente do que é percebido como ‘opinião pública’. [...] a ‘opinião pública’ escapou progressivamente ao controle de alguns para se tornar a resultante incerta de um conjunto de ações difíceis de controlar por um único agente, mesmo tratando-se do próprio poder político.

Ou seja, na assertiva de Champagne podemos ver claramente o papel de influência que essa imprensa massificada, recém-nascente, teve na formação de opinião pública e também em seu direcionamento. Todavia, assistimos à perda desse controle, sobretudo pelos meios oficiais, que não controlariam como antes a formação de diversas ‘opiniões’ públicas. É curioso perceber esse jogo duplo entre leitor e jornalista, onde na verdade um se submete ao outro, visando a uma fidelização mútua, já que o próprio periódico depende do agrado ao público que lhe é consumidor.

Fazemos esse alerta por que não é possível, como já destacamos, que se ache uma opinião uníssona em determinada sociedade. É um equívoco, em contrapartida, também imaginar que o estudo da opinião pública se resuma a “ler jornais”. É importante levar em

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 2008; GOMES, Ângela de Castro. Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: arquivos privados e jornais. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 1, nº 2, set. 1981; PROCHASSON, Christophe. ‘Atenção: verdade!’ Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 2008 e GONTIJO, Rebeca. Entre quatre yeux: a correspondência de Capistrano de Abreu. *Escritos II*. Rio de Janeiro, v. 2, 2008.

conta não apenas a multiplicidade de periódicos, mas junto com isso as diversas regiões, profissões, escolas de pensamento e famílias espirituais que influem na formação da opinião pública, variando distintamente de contextos e tempos-históricos. Isto é, o jornal influencia a opinião pública, mas não é o único meio de formação e controle da mesma.

Nesse sentido, vale dar vazão ao alerta de René Remond (citado por CHAMPAGNE, 1996), que, após fazer sua análise histórica em cima do conceito, chega à conclusão de que na verdade existe um conjunto de agentes que procuram impor sua visão de opinião pública. Por isso, cabe sempre o questionamento: qual opinião está sendo abordada e fomentada pelo periódico pesquisado pelo historiador? Busca defender qual ponto de vista? E de que maneira?

Jürgen Habermas (1984), ao trabalhar o conceito de Esfera Pública, aprofunda o papel da imprensa nesse processo, traçando um perfil inicial da organização de seu formato artesanal e os interesses comerciais por trás das empresas jornalísticas do período, que passava de um formato informativo para um modelo opinativo. Ele vai identificar nos anunciantes uma nova base de lucros dos jornais. Estes, por sua vez, reduzem seu preço para aumentar o número de compradores, e, assim, poder garantir a venda de um espaço do jornal para reclames, interessada obviamente em ter o maior alcance possível. Uma das mais importantes constatações do texto de Habermas é mostrar a imprensa como uma empresa geradora do lucro e imbuída em toda essa dinâmica, mostrando também como seus anunciantes a torna manipulável, marcando a entrada de privilegiados interesses privado na esfera pública. Segundo Habermas (1984, p. 221),

a separação entre esfera pública e esfera privada implicava que a concorrência de interesses privados tenha sido fundamentalmente deixada para ser regulada pelo mercado, ficando fora da disputa pública das opiniões. À medida que a esfera pública é, porém, tomada pela publicidade comercial, pessoas privadas passam imediatamente a atuar enquanto proprietários privados sobre pessoas privadas enquanto público.

Posteriormente, o autor trabalhou na penetração sutil dos anúncios na opinião pública. Na sua visão, os reclames se voltam para outras pessoas privadas enquanto público, e não como consumidor imediato, afinal, o emissor esconde suas pretensões comerciais, disfarçado como alguém que pensa no bem comum (HABERMAS, 1984). Não obstante, essa vai ser a diferenciação entre o espaço público e o privado pela imprensa: os empresários-jornalistas atuam na esfera privada com a lógica do lucro. Já a imprensa possui uma lógica pública, como veiculadora de informações, como mediadora do político, embora sua

independência esteja comprometida por seus laços com o político – ou seja, a interpenetração do público e do privado definem os limites da imprensa (CAPELATO, 1988).

A existência de um mercado que penetra o periódico é uma constatação importante. Afinal, sua presença evidencia os anunciantes como poder de pressão em cima do periódico, tanto em sua cobertura quanto em seu alcance ao público, confirmando assim que o anúncio deve ter um impacto positivo nas vendas do anunciante. Já o jornal, dependendo cada vez mais desse tipo de verba, vai ter no *merchandising* um importante pilar de sustentação econômica. Dependendo dos *reclames* para a saúde financeira, os periódicos se tornam dependentes e, também, passíveis de intromissão em sua produção, se tornando não raro defensores de seus anunciantes, e acobertando seus interesses.

Isto é, procura uma fidelização em uma complexa relação com um público leitor que vai se tornar o alvo para publicidades, reclames, propaganda etc., frequentemente recorrendo a charges, imagens e ilustrações para esse recurso. Nesse jogo complexo, o periódico parte em busca de credibilidade e fidelização de seu público. Por isso, é importante destacar a assertiva de Tânia Regina de Luca (2008, p. 117). Para esta autora, não se pode “tomar a imprensa como instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos”, o que ilustra o jogo complexo em que o jornal está inserido. Afinal, não se trata de encarar o jornal como uma “marionete” de seus anunciantes, assim como nem totalmente subordinado aos seus leitores.

Fazendo uma análise crítica dos jornais, é possível encontrar qual público o jornal visa a atingir. Heloísa Cruz delinea essa questão. A historiadora, pesquisando a virada do século XIX para o XX na imprensa paulista, traça um perfil de determinados periódicos, em um período de maior ebulição de periódicos de São Paulo. Alguns jornais são bastante claros em seu público, quando ratificam em sua página inicial frases como ‘classe dos estudantes’ ou ‘apreciadores da arte’, enquanto outros possuem títulos mais genéricos, como ‘acessível a todas as classes’ ou ‘dos habitantes da cidade’ – embora essa metodologia deva ser adotada com cautela, afinal nem sempre essa delimitação é suficiente.¹⁰

Não obstante, Cruz ressalta a divisão de públicos já pela condição social, traçando perfis de jornais de classes populares e jornais de elite, mais refinados, além de uma imprensa

¹⁰ Maria Helena Capelato faz um alerta a esse tipo de divisão. Segundo Capelato, jornais e revistas que possuíam como título ‘variedades’, por exemplo, possuíam abordagens completamente distintas para públicos distintos. Assim, é sempre importante analisar o jornal em todo o seu conteúdo, não apenas em alguns elementos, onde um estudo rápido e desatento pode refletir em conclusões errôneas e precipitadas. Cf. Capelato (1988).

independente – no período recortado pela autora, uma imprensa, sobretudo, anarquista, ideologizada –, procurando um público bastante específico, não tendo o mesmo alcance e poder econômico de uma imprensa burguesa, por exemplo. O reclame vai ser o meio encontrado pelas empresas para dar visibilidade aos seus produtos, se deparando com uma imprensa de perfil empresarial – portanto, ávida por lucros, que os acaba recebendo de braços abertos. A formação de uma imprensa fortificada se dará, sobretudo, por uma aliança com essa base de sustentação da propaganda. Todavia, através da própria propaganda podemos ter noção do público que o jornal visa a atingir. Nos periódicos paulistas, é possível notar esse apelo, oferecendo preços baixos, pagamento a prestações etc. A intensificação da relação da imprensa burguesa com anunciantes é tanta que Nelson Werneck Sodré (citado por CRUZ, 2013, p. 99) afirmou: “caminha-se para um novo tempo onde seria ‘muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal: e ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal’”.

A afirmação de Sodré nos parece bastante interessante – apesar de inegavelmente estar carregada de ironia e exagero -, dando uma boa noção dessa relação jornalística *imprensa x mercado*. O que acontece é que a imprensa e o jornalismo estão permanentemente sujeitos as sanções do mercado, fazendo adotar critérios do índice de audiência na produção. Assim, de acordo com Pierre Bourdieu (1997), a influência do campo jornalístico em prol do mercado, buscando reforçar o produto de seus anunciantes, é inegável, iniciando uma concorrência e uma vigilância permanente sobre as atividades dos concorrentes. Não obstante, a imprensa passa a ter uma relação direta, sem intermediação, descartando todos os agentes individuais ou coletivos (como partidos ou sindicatos), se colocando como monopolista da expressão legítima da ‘opinião pública’.

Assim, temos um curioso processo, em que o campo jornalístico, a imprensa e sua influência se alargam, garantindo cada vez mais legitimidade e autoridade perante a sociedade, suprimindo a representação de outros órgãos legais que, em tese, deveriam representar os diferentes segmentos da opinião pública. Esse alargamento está acompanhado de uma profunda influência do mercado na imprensa, fazendo dela uma “refém” dos reclames, dependente deles para seus lucros e influenciando intensamente a produção jornalística. Assim, assistimos a um cerceamento da autonomia do jornalismo em prol dos interesses de mercado defendidos pela imprensa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia teve um ganho importante com o uso de jornais. A queda do *fetichismo do documento*, substituído por uma análise crítica, criou um leque amplo de fontes de pesquisa, e, dentre essas, o uso do jornal garantiu nas últimas décadas uma fonte de consulta usada por muitos trabalhos. Todavia, particularmente chama atenção a escassez de obras que se dedicam a realizar um trabalho de metodologia do uso da imprensa na pesquisa histórica. Nesse sentido, é facilmente constatável que a maior parte dos trabalhos desses últimos anos utiliza quase sempre as mesmas obras que versam sobre essa questão.

Como hoje os historiadores vêm utilizando exaustivamente os periódicos como fonte de pesquisa, essa necessidade ganha proporções ainda maiores. Afinal, o uso de qualquer fonte de pesquisa sem um maior embasamento é um grande risco para a escrita da história. Portanto, nesse artigo procuramos demonstrar algumas questões concernentes ao uso do periódico na pesquisa histórica, visando a dar uma abordagem mais complexa sobre essa fonte, procurando mostrar criticamente a importância de não se usar de maneira indiscriminada os jornais sem conhecer uma série de pontos que o rodeiam.

Por fim, um grande obstáculo que não pode ser relegado a um plano secundário nas pesquisas em jornais é a situação precária de muitos arquivos que, embora não abordado na nossa análise, merece ser pontuado, à guisa de conclusão. No Rio Grande do Sul, por exemplo, onde ocorre nossa experiência de pesquisa, o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa¹¹, maior hemeroteca do estado, vem encarando dificuldades de estrutura. Em uma breve conversa com um funcionário que trabalha há 22 anos no museu, seu relato demonstra as dificuldades do Museu: o pessoal do acervo de imprensa é reduzido, sendo ele o único funcionário de carreira para dar conta da organização dos periódicos no arquivo e para atender os pesquisadores, deixando o setor dos acervos com atendimento reduzido (período vespertino de terça a quinta-feira), e chegando até mesmo a trabalhar voluntariamente nas férias para não interromper as atividades. Muitos jornais há anos estão no setor de restauração, sem previsão de um trabalho de condicionamento, e muitos desses periódicos estão arquivados em microfilme, com o aparelho sem condições de uso, em um arquivo danificado com a umidade causada pelas infiltrações e goteiras.

¹¹ As péssimas condições do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa podem ser vista em: <http://neinordin.com.br/memoria-gaucha-entre-goteiras-e-farelos-o-acervo-do-museu-hipolito-pede-socorro/>, acesso em 16.02.2016. As fotografias e o texto foram deste *link* são de minha autoria.

Em frente, no arquivo privado do jornal *Correio do Povo*, que foi, por muitos anos, o maior jornal do Rio Grande do Sul, o que faz com que muitos historiadores se reportem a ele para suas pesquisas, os custos muito acima do mercado que cobram no setor para um *xerox*, o pagamento de uma taxa para entrar no setor e a proibição de fotografar os periódicos inviabilizam pesquisas mais exaustivas. Esses empecilhos ao pesquisador certamente não são uma exclusividade dos arquivos de Porto Alegre.

Em âmbito federal, em contrapartida, projetos de digitalização estão ampliando a consulta e eliminando a barreira da distância para historiadores. Nesse sentido, a Biblioteca Nacional vem fazendo um trabalho esforçado no sentido de digitalizar e disponibilizar na internet vários periódicos que circularam no país, desde 1741 (*Folheto de Lisboa*, ou, no Brasil, *Correio Braziliense* e *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808 e 1809, retrospectivamente) até 2016, possibilitando aos historiadores pesquisarem jornais de outros estados pela tela do computador, sem precisar arcar com o custeio de um deslocamento, “barateando” a pesquisa. Todavia, pela quantidade de periódicos que ainda precisam ser digitalizados, nem todos os pesquisadores encontram na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional os jornais de que necessitam, além dos obstáculos que envolvem a cessão de direitos autorais. Assim, percebemos o quão desafiador é a pesquisa com a imprensa. Mas ao mesmo tempo em que as dificuldades não são pequenas, seu ganho para a historiografia é indiscutível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco das Neves. **O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina**. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis: Vozes, 2012, v.5.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1996.

CORAIOLA, Diego Maganhoto. Jornalismo e Imprensa: Contribuições analíticas ao processo de institucionalização. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <http://www.academia.edu/2323407/Jornalismo_e_Imprensa_Contribuicoes_Analiticas_ao_Processo_de_Institucionalizacao> Acesso em 18 out 2014

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta**: Periodismo e vida urbana (1890-1915). São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

DARNTON, Robert. **O beijo lamourette**: Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, n. 13, 1995

GOMES, Ângela de Castro. Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: arquivos privados e jornais. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 1, nº 2, set. 1981.

_____; FERREIRA, Jorge. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

REIS, José Carlos **Escola dos Annales: A inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIOUX, Jean Pierre. Entre história e jornalismo. In: CHAUVEAU, Agnès; TÈTARD, Philippe. **Questões para a história do presente**. Baurú: EDUSC, 1999.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

SILVEIRA, Flávio Henrique Rodrigues da. **Um estudo do poder na sociedade da informação**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a08v29n3>>. Acesso em 23.11.2014.

SODRÉ, Néelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOSA, Derocina Alves Campos. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

TARDE, Gabriel de. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Artigo recebido em abril de 2016. Aprovado em junho de 2016.